



ATA - Reunião da CT de Licenciamento

Data: 25/01/2019 das 9h30 às 16h00

Local: Casan – Estreito/Florianópolis

I - PARTICIPANTES:

Janaina Mendes – ANAMMA;
Fernanda Maria F. Vanhoni - ABES;
Patrice Juliana Barzan – CASAN
Jonas Comin Nunes (**Presidente**), Odilon G. Amado– CRQ;
Célio Haverroth - EPAGRI
Schirlene Chegatti (**Relatora**), Leticia P.L. Woyakewicz - FACISC
Juliana Plácido - FECAM;
Fabiane Nobrega Scalco (**Secretária**) - FIESC
Ivana Becker– IMA SC
Cláudio S. da Silveira – Floram;
Mateus Stallivieri da Costa - OAB
Luiz Antonio Garcia Correa – SDS;

II - DESENVOLVIMENTO DA REUNIÃO:

1) Leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

2) Solicitação oriunda da ouvidoria quanto à regulamentação do art. 39 do Código Ambiental, que é de competência do CONSEMA.

Discussão: Iniciada análise da minuta de proposta da OAB. Avaliar as sugestões recebidas que devem constar na regulamentação: prever estudo ambiental, além do plano indicado no artigo 39, definir a sequência do procedimento para licenciamento (considerar requerimento, termo de referência, plano, estudo, avaliação do órgão licenciador); avaliar se um estudo aplicável ao somatório das atividades ou o estudo mais complexo (mais impactante) entre todas as atividades.

Lei Estadual n. 14.675/2009: “Art. 39. Por solicitação dos responsáveis de atividades ou empreendimentos licenciáveis, pode ser admitido um procedimento unificado que resulte no licenciamento ambiental coletivo de empreendimentos e atividades, cuja proximidade e localização recomendem ações coletivas integradas, voltadas à mitigação de impactos ambientais, sistematizadas no formato de um plano, sujeito à prévia autorização pelo órgão ambiental, observados os requisitos de ordem legal e institucional, definida a responsabilidade legal pelo conjunto de atividades/empreendimentos e os condicionantes técnicos indispensáveis, que devem ser regulamentados pelo CONSEMA.”

Encaminhamento: Após análise e discussão dos membros desta Câmara, e considerando que ainda não se tem conhecimento de uma demanda que cumpra os requisitos determinados no artigo 39 da Lei 14.675/2009, vislumbrou-se a dificuldade operacional da aplicação do supracitado artigo, visto que seria necessário um responsável legal pela solicitação e, principalmente, pelos controles ambientais de todos os empreendimentos envolvidos, tornando o licenciamento coletivo mais complexo do que se fosse realizado de forma individual.

3) Minuta de resposta ao e-mail recebido através da Ouvidoria da SDS referente a atividade de fabricação de calçados e artigos de couro e peles, considerando a verificação in loco da FECAM;

Discussão: conforme discussão ocorrida na reunião de 26 de junho foi verificada a justificativa da alteração de porte, bem como a possibilidade de reaplicação do porte anterior, Porte Pequeno: $0,01 \leq AU(3) \leq 0,1$ (RAP), conforme dispunha a Resolução Consema 13/12. Verificada a tabela de revisão do Consema n. 13/2012, bem como a justificativa da FAEMA



50	considerada à época para alteração do porte.
51	Foi avaliado o conteúdo descritivo dos códigos, dispostos na Resolução Consema 98/2017,
52	relacionados ao questionamento efetuado:
53	19.90.00 -Fabricação de calçados e ou outros artigos de couros e peles
54	Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: M Solo: M Geral: M
55	Porte Pequeno: $0,1 \leq AU(3) \leq 0,2$ (RAP) (<i>nosso grifo para o porte inferior em pauta</i>)
56	Porte Médio: $0,2 < AU(3) < 1$ (RAP)
57	Porte Grande: $AU(3) \geq 1$ (EAS)
58	30.90.00 Fabricação de calçados de qualquer material, exceto em couro.
59	Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P
60	Porte Pequeno: $0,02 \leq AU(3) \leq 0,2$ (RAP) (<i>nosso grifo para o porte inferior em pauta</i>)
61	Porte Médio: $0,2 < AU(3) < 2$ (RAP)
62	Porte Grande: $AU(3) \geq 2$ (EAS)
63	30.90.10 Fabricação de partes de calçado de qualquer material, exceto em couro.
64	Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P
65	Porte Pequeno: $0,01 \leq AU(3) \leq 0,1$ (RAP) (<i>nosso grifo para o porte inferior em pauta</i>)
66	Porte Médio: $0,1 < AU(3) < 1$ (RAP)
67	Porte Grande: $AU(3) \geq 1$ (RAP)
68	
69	Em análise pela CTL a padronização dos portes em função da similaridade entre as atividades
70	questionadas a partir da proposta:
71	19.90.00 -Fabricação de calçados e ou outros artigos de couros e peles
72	Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: M Solo: M Geral: M
73	Porte Pequeno: $0,1 \leq AU(3) \leq 0,2$ (RAP)
74	Porte Médio: $0,2 < AU(3) < 1$ (RAP)
75	Porte Grande: $AU(3) \geq 1$ (RAP)
76	O porte inferior ao caracterizado como porte “P”, será licenciado por meio da expedição de
77	Autorização Ambiental –AuA.
78	
79	30.90.00 Fabricação de calçados de qualquer material, exceto em couro.
80	Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P
81	Porte Pequeno: $0,1 \leq AU(3) \leq 0,2$ (RAP)
82	Porte Médio: $0,2 < AU(3) < 1$ (RAP)
83	Porte Grande: $AU(3) \geq 1$ (RAP)
84	O porte inferior ao caracterizado como porte “P”, será licenciado por meio da expedição de
85	Autorização Ambiental –AuA.
86	
87	30.90.10 Fabricação de partes de calçado de qualquer material, exceto em couro.
88	Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P
89	Porte Pequeno: $0,1 \leq AU(3) \leq 0,2$ (RAP)
90	Porte Médio: $0,2 < AU(3) < 1$ (RAP)
91	Porte Grande: $AU(3) \geq 1$ (RAP)
92	O porte inferior ao caracterizado como porte “P”, será licenciado por meio da expedição de
93	Autorização Ambiental –AuA.
94	Foi analisada proposta da FECAM com dados da região de São João Batista (polo de
95	fabricação de calçados) contento justificativa: “ Em análise sobre a indústria de calçados do
96	Estado de SC, a FECAM através da sua representação junto ao Consema, sugere que o porte
97	da Atividade 19.90.00 - Fabricação de calçados e ou outros artigos de couros e peles, seja
98	revisto em função do seu processo produtivo estar alinhado em grande parte com a
99	terceirização de mão de obra para montagens das peças. Como exercício para conhecimento
100	da Cadeia Produtiva avaliamos a indústria calçadista de São João Batista e Sul do Estado,
101	onde verificou-se a predominância de micro e pequenas empresas (MPE's), mais de 80% das
102	fabricantes de calçados estarem enquadradas nestes portes e são as médias empresas



103 responsáveis pela maior parte dos empregos gerados na região algo próximo a
104 60%.Sugerimos um alteração quanto ao porte, caracterizado pela análise feita no polo
105 atacadista de SC e no núcleo de vestuário de SC.
106 Para validação do pedido apresentamos a seguinte alteração:
107 19.90.00 - Fabricação de calçados e ou outros artigos de couros e peles
108 Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P
109 Porte Pequeno: $0,3 \leq AU(3) \leq 0,5$ (RAP)
110 Porte Médio: $0,5 < AU(3) < 1,5$ (RAP)
111 Porte Grande: $AU(3) \geq 1,5$ (EAS)
112 Os portes inferiores ao porte mínimo serão Licenciados através de AuA.
113 Proposta de adequação, sugerimos que na AuA, seja previsto a apresentação de MTR como
114 principal condicionante da Regularidade Ambiental. Desta forma estaremos trazendo a
115 formalidade da regularização ambiental as empresas de pequeno porte, que são responsáveis
116 por 60% do número de empregos diretos e indiretos da cadeia produtiva de calçados. A nova
117 indústria de calçados busca uma tendência de modernização, e o setor calçadista em âmbito
118 Estadual vem introduzindo novas formas de organização industrial e novas tecnologias,
119 principalmente no processo produtivo. O uso de tecnologias limpas e novos materiais também
120 foram soluções encontradas para diferenciação do calçado nacional frente ao mercado
121 mundial. O polo calçadista busca alinhamento ecológico na manipulação do couro, utilizando
122 tecnologia limpa de produção, desenvolvendo uma modelagem que emprega materiais não
123 agressivos ao meio ambiente, o que exigiu modificações no desenvolvimento de componentes
124 e insumos, bem como no processo de construção. Santa Catarina contempla mais de 300
125 empresas, representando próximo a 4% do total de empresas de calçados do Brasil. Para
126 enquadramento do porte da atividade de fabricação de calçados, entende-se que as principais
127 características de cada fase do processo produtivo do setor de calçados são: Modelagem,
128 Corte, Costura, Montagem e Acabamento. Evidenciando que a matéria prima é fornecida por
129 outra cadeia produtiva não enquadrada neste código de Atividade potencialmente poluidora.
130 As regiões Sul e Sudeste lideram o ranking do Brasil em quantidade de empresas, abrigando
131 mais de 85% do total nacional, com 10.978 e 11.565 empresas respectivamente.
132 Norte 190
133 Nordeste 2.475
134 Sudeste 11.565
135 Sul 10.978
136 Centro-Oeste 1.012
137 Total 26.220
138 No ano de 2011(SEFSC), o estado de Santa Catarina arrecadou um VAF de mais R\$ 116
139 bilhões, sendo que para o setor de calçados no mesmo ano o VAF foi de R\$ 260 milhões, o
140 equivalente a 0,23% da participação do VAF catarinense. Este é o entendimento da FECAM,
141 para adequação ao porte do Polo Atacadista, instalado de Santa Catarina.”
142 FIESC convidará representante do Sindicato para reunião da CTL para apresentar
143 informações sobre as atividades envolvidas.
144 Encaminhamento: Será dada continuidade na próxima reunião.

145
146 **4) Minuta de resposta ao ofício nº BA/11/2018 referente ao licenciamento de Centro de**
147 **Distribuição de produtos de vestuário e acessórios**

148 Discussão: Conforme ofício da empresa BASE AMBIENTAL ENGENHARIA E MEIO
149 AMBIENTE, CNPJ 14.760.933/0001-91, solicita esclarecimento do CONSEMA sobre “qual
150 procedimento deve ser adotado para licenciamento de Centro de Distribuição de produtos de
151 vestuário (agasalhos, calças, camiseta, etc.) e acessórios (relógios, perfumes, bolsas,
152 sapatos, etc.)”. De acordo com a empresa “em contato com os técnicos da FATMA/IMA os
153 mesmos posicionaram que no caso do empreendimento acima não necessita de
154 Licenciamento Ambiental devido o empreendimento não transportar produtos perigosos. Já a
155 FMDAS (Fundação de Meio Ambiente de São José) se posicionou a favor do licenciamento”.



156 Considerando os aspectos divergentes entre o Órgãos Ambiental licenciador Estadual e
157 Municipal, solicitou esclarecimento acerca da necessidade do referido licenciamento ambiental
158 para o referido empreendimento. Foi avaliado o conteúdo da IN 68 do IMA, bem como o
159 enquadramento da atividade em questão e os impactos especialmente relacionados a EIV
160 (estudos de impactos na vizinhança, ruído).
161 FIESC fez pesquisa de empresas cadastradas no Guia da Indústria com os dados de
162 empreendimentos relacionados a Distribuidoras e Comércio Atacadista, totalizando cerca de
163 711 empreendimentos que poderiam ser afetados pela aplicação do código 47.84.00.
164 Foi verificada a definição de Centro de distribuição como sendo: unidade construída por
165 empresas industriais, retalhistas para armazenar os produtos produzidos ou comprados para
166 revenda, com a finalidade de despachá-los para outras unidades, filiais ou clientes. Verificou
167 que essa definição é compatível com a definição atual de Terminal Rodoviário de Cargas,
168 disposta na IN68 do IMA: área ou instalação utilizada para movimentação ou armazenagem
169 de produtos, destinados e provenientes de transporte rodoviário.
170 Considerando os impactos da operação destas atividades são restritos a questões
170 urbanísticas, como geração de esgoto e geração de resíduos equiparáveis aos urbanos, foi
172 consensado nova redação, afim de compatibilizar os impactos destes empreendimentos com
173 demais empreendimentos de igual impacto da Listagem de Atividades Potencialmente
174 Poluidoras da Resolução Consema n.º 98/17
175 **Nova Redação:**
176 47.84.00 -Terminal rodoviário de carga onde se observe pelo menos uma das seguintes
177 condições:
178 a) não possua Plano Diretor, de acordo com a Lei federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001;
179 b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.
180 Pot. Poluidor/Degradador: Ar: M Água: P Solo: P Geral: M
190 Porte Pequeno: $1 \leq AU(3) \leq 2,5$ (RAP)
191 Porte Médio: $2,5 < AU(3) < 5,0$ (RAP)
192 Porte Grande: $AU(3) \geq 5,0$ (EAS)
193 **Incluir definição na Resolução 98/17:**
194 Terminal rodoviário de carga - área ou instalação utilizada para movimentação ou
195 armazenagem de produtos, destinados e provenientes de transporte rodoviário, incluindo
196 centros de distribuição.
197 Encaminhamento: Elaborar resposta ao solicitante conforme análise efetuada. Incluir nova
198 proposta de redação na revisão das Resoluções Consema n. 98/17 e 99/17 de 2019.
199
200 **5) Discussão e elaboração de minuta de resposta aos ofícios nº 134/2018 e 135/2018 da**
201 **Secretaria de Meio Ambiente de Joinville, referente ao enquadramento para fins de**
202 **licenciamento ambiental de Oficinas de Pintura de Veículos e Condomínios**
203 **Residenciais.**
204 Discussão:
205 a) Avaliada a solicitação da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Joinville –
206 SAMA, ofício n.134/2018 que questiona o enquadramento da atividade de oficinas de
207 pintura de veículos. Foram analisados os códigos 11.50.01, 12.80.10 e 71.00.00, em
208 função das atividades envolvidas. Constatou-se que na versão anterior da listagem de
209 atividades passíveis de licenciamento pelo Consema (Resolução n. 13/2012) as
210 oficinas automotivas eram enquadradas de forma errônea na categoria de indústria no
211 código 12.80.00. Entretanto, a correção foi realizada pela inclusão da atividade, que se
212 trata de um serviço, no código 71.00.00 das resoluções Consema n. 98 e 99/2017.
213 Entretanto, avaliando as atividades contempladas pelo código 11.50.01 decidiu-se pela
214 nova redação com objetivo de deixar mais claro que se trata de licenciamento aplicável
215 para atividade industrial. Os termos funilaria e latoaria referem-se a atividades
216 praticadas dentro de indústrias.
217 **Nova redação:**



218	11.50.01 – Estamparia e funilaria industrial, com tratamento químico superficial ou
219	galvanotécnico ou pintura por aspersão, ou esmaltação ou imersão.
220	Pot. Poluidor/Degradador: Ar: M Água: G Solo: P Geral: G
221	Porte Pequeno: AU (3) ≤ 0,2 (EAS)
222	Porte Médio: 0,2 < AU (3) < 1 (EAS)
223	Porte Grande: AU (3) ≥ 1 (EAS)
224	<u>Encaminhamento - (a):</u> elaborar ofício resposta para a Secretaria Executiva para providências
225	de resposta ao requerente indicando o uso do código 70.00.00 por se tratar de prestação de
226	serviço para veículos automotores. Incluir proposta de nova redação na revisão do Anexo da
227	Resolução n. 98/17 e 99/17 para o ano de 2019. Facisc irá verificar a aplicação das atividades
228	envolvidas pela descrição do código atual.
229	
230	b) Avaliada a solicitação da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Joinville –
231	SAMA, ofício n.135/2018 que questiona sobre o licenciamento relativo ao
232	enquadramento de Condomínios Residenciais abrangidos pelos códigos 71.11.01,
233	71.11.02, 71.11.06 que se encontram em área de expansão. Conforme avaliado pelos
234	membros da CTL o licenciamento é aplicável observando as seguintes condições
235	previstas pelas Resoluções Consema n. 98 e 99/2017 e suas alterações:
236	✓ Não possua Plano Diretor, de acordo com a Lei federal nº 10.257, de 10 de julho de
237	2001;
238	✓ Não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.
239	Neste caso não existindo o sistema de coleta e tratamento de esgoto, embora esteja
240	previsto no plano de expansão do município, se aplica o licenciamento ambiental.
241	<u>Encaminhamento - (b):</u> elaborar ofício resposta para a Secretaria Executiva para providências
242	de resposta ao requerente indicando o licenciamento caso o empreendimento se enquadre em
243	todas as condições previstas pela resolução Consema 98 e 99/2017 e suas alterações.
244	
245	6) Solicitação da Câmara Técnica de Educação Ambiental (CTEA).
246	<u>Discussão:</u> Os representantes da FACISC, presentes na reunião da CTEA de dezembro/18,
247	fizeram exposição de solicitação da Presidente da CTEA, Sra. Vanessa Cecconi. De acordo
248	com a Sra. Schirlene, está tramitando na CTEA uma proposta de Resolução que “define
249	critérios para instituição de programas de educação ambiental apresentados como medidas
250	mitigadoras ou compensatórias, em cumprimento às condicionantes das licenças ambientais
251	emitidas pelo Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA)”. E, devido a interface com
252	o licenciamento ambiental, requer a presidente da CTEA que a CTL proceda a análise do
253	material, e agendamento de reunião conjunta, esta que inclusive já foi solicitada em plenária
254	do Consema.
255	<u>Encaminhamento:</u> Não foi recebida a minuta de texto da CTEA. Os membros da CTL
256	aguardam o envio da minuta para realizar uma análise prévia da proposta para posterior
257	agendamento de reunião conjunta com a CTEA.
258	
259	7) Discussão e elaboração de minuta de resposta ao ofício nº 025/2018 do Conselho
260	Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Tubarão - COMDEMA, referente ao
261	enquadramento para fins de licenciamento ambiental de Funerárias e Terraplanagem;
262	<u>Encaminhamento:</u> será dada continuidade na próxima reunião.
263	
264	8) Discussão e elaboração de minuta de resposta ao ofício nº 104/2018 do Consórcio
265	Intermunicipal Serra Catarinense - CISAMA, referente ao licenciamento ambiental da
266	atividade de extração de cascalho (cascalheiras);
267	<u>Encaminhamento:</u> será dada continuidade na próxima reunião.
268	
269	9) Assuntos Gerais.
270	



271	a) Proposta IMA para licenciamento e enquadramento de atividade de Estações de
272	Rádio Base – ERBs, de Radiodifusão de sons (RADIO) e Radiodifusão de
273	Imagens e Sons.
274	<u>Discussão:</u> IMA apresentou proposta oriunda do Geólogo David Ferreira da Rosa Fernandes.
275	Enquadramento atual conforme a Resolução CONSEMA nº. 98/2017:
276	
277	34.16.00 – Antenas de telecomunicações com estrutura em torre ou poste.
278	Potencial Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: M Geral: M <u>Proposta: Solo: P Geral: P</u>
279	Porte Pequeno: $FR \leq 100$ (RAP)
280	Porte Médio: $100 < FR < 10.000.000$ (RAP)
281	Porte Grande: $FR \geq 10.000.000$ (EAS)
282	
283	34.16.10 – Compartilhamento de estrutura em torre ou poste para antenas de
284	telecomunicações.
285	Pot. Poluidor/Degradador Ar: P Água: P Solo: M Geral: M <u>Proposta: Solo: P Geral: P</u>
286	Porte Pequeno: $FR \leq 100$
287	Porte Médio: $100 < FR < 10.000.000$
288	Porte Grande: $FR \geq 10.000.000$
289	A atividade de compartilhamento será licenciada apenas por meio da expedição de Licença
290	Ambiental de Instalação – LAI e Licença Ambiental de Operação – LAO.
291	Propõe-se a criação de mais duas categorias, com o objetivo de facilitar e diferenciar as
292	atividades de Telecomunicações e Radiodifusão, a separação se faz necessária
293	principalmente para que se possa estabelecer diferentes parâmetros de medição, uma vez
294	que a Radiodifusão fica no mesmo patamar da Telefonia inclusive com o mesmo porte e
295	potencial poluidor. A proposta de separação visa corrigir essa diferença e estabelecer um
296	critério de avaliação mais justo para as atividades e de Telefonia e Radiodifusão, inclusive
297	corrigindo principalmente o potencial poluidor classificado como “M”, sendo água = P, ar = P e
298	o solo = M.
299	O potencial poluidor “M”, onde se encontram várias atividades bem mais poluidoras não
300	condizem com a atividade de Telefonia e de Radiodifusão, além do que são atividades
301	enquadradas e reconhecidas de interesse social e de utilidade pública de uma grande
302	penetração na sociedade formadora de opinião.
303	Para tanto se propõem a seguinte mudança:
304	Para Radiodifusão acrescentar os Códigos 34.16.20, 34.16.30 – Radiodifusão de sons e
305	Radiodifusão de imagens e sons:
306	
307	34.16.20 – Radiodifusão de transmissão de sons (rádios).
308	Pot. Poluidor/Degradador Ar: P Água: P Solo: P Geral: P
309	Radio (OM e FM)
310	Porte Pequeno: $kW \leq 10$
311	Porte Médio: $10 < kW < 50$
312	Porte Grande: (OM) $50 < kW \geq 200$
313	Porte Grande: (FM) $50 < kW \geq 100$
314	
315	34.16.30 – Radiodifusão de transmissão de sons e imagens (televisão).
316	Pot. Poluidor/Degradador Ar: P Água: P Solo: P Geral: P
317	Televisão (TV, RTV)
318	Porte Pequeno: $kW \leq 16$
319	Porte Médio: $16 < kW < 160$
320	Porte Grande: $160 < kW \geq 1600$
321	
322	Televisão (RpTV, SARC Radio e SARC TV)
323	Porte Pequeno: $kW \leq 10$



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - CONSEMA
CÂMARA TÉCNICA DE LICENCIAMENTO

324 Porte Médio: $10 < \text{kW} < 50$
325 Porte Grande: $50 < \text{kW} \leq 100$
326 Kw = Kilowatts
327
328 Estiveram presentes na reunião representantes da ACAERT. Estes declararam que a
329 frequência de trabalho de rádio e televisão é usualmente de 100 a 470 MHz e potencial de
330 10kW. Quando houver a migração digital a televisão irá operar em uma frequência de cerca
331 de 800 MHz e potência de 800 W. O presidente da CTL informa aos representantes da
332 ACAERT que a análise será realizada por esta câmara com base nas informações técnicas da
333 atividade envolvida. Havendo justificativa que possa demonstrar a compatibilidade da
334 solicitação com o controle dos impactos ambientais as alterações podem ser realizadas
335 mediante aprovação do Conselho.
336 A ACAERT justificou que o objetivo é compatibilizar a avaliação ambiental com o segmento.
337 Será avaliado o impacto para a telefonia no caso de alteração de faixas de porte das
338 atividades abrangidas pelos códigos **34.16.00/34.16.10**
339 Encaminhamento: IMA irá fazer o levantamento de atividades enquadradas por porte das
340 atividades **34.16.00/34.16.10**. Será dada continuidade na próxima reunião.
341
342 **b) Próximas reuniões: 08/02/2019, 22/02/2019 e 29/03/2019.**
343
344 **II - ENCERRAMENTO:**
345 Finalizada a reunião e não tendo havido mais manifestações e tendo sido cumprida a pauta
346 convocada, as discussões foram encerradas e o presidente, agradecendo a presença de
347 todos deu por encerrada a reunião. A correspondente ata foi por mim relatada, Schirlene
348 Chegatti.